

Ajuda a endividados custa R\$ 52,8 bilhões ao Governo

Tesouro, Banco Central e Caixa Econômica estão assumindo débitos de estados, bancos, agricultores e empresas estatais

Sílvia Faria

• BRASÍLIA. O Governo, através do Tesouro Nacional, do Banco Central e da Caixa Econômica Federal, já assumiu ou se prepara para assumir dívidas de R\$ 52,8 bilhões de bancos públicos e privados, agricultores, Governos estaduais, empresas públicas, setor habitacional e do próprio BC. As dívidas não são novas, nem foram provocadas pelo Real, mas só agora estão sendo enfrentadas pelas autoridades, por exigência do processo de estabilização.

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) critica a decisão do Governo de assumir a responsabilidade pela solução de dívidas alheias, o que considera inflacionário. Segundo ele, o socorro não impedirá que os beneficiados voltem a se endividar, enquanto a dívida pública cresce, gerando pressão adicional sobre as altas taxas de juros.

— Quem defende aqui (no Senado) juros baixos, como pode aprovar algo que eleva os juros? — perguntou ele, ao ser aprovado o socorro de R\$ 7,5 bilhões a São Paulo, para salvar o Banespa.

O presidente do BC, Gustavo Loyola, e o secretário do Tesouro, Murilo Portugal, consideram legítima a preocupação com o endividamento do Governo para socorrer endividados. Mas ressaltavam que as dívidas estocadas não podiam ser pagas e vinham crescendo progressivamente, inviabilizando devedores (que paralisaram investimentos) e credor (o Tesouro, que não vinha recebendo um tostão).

— Adiar uma solução só agravaria ainda mais a pressão do endividamento de diversos setores. É melhor enfrentar logo o problema e dar uma solução — defendeu o austero Portugal.

Loyola segue a mesma linha de raciocínio. Para ele, se o Governo não arcasse com o refinanciamento dessas dívidas, alongando prazos e reduzindo custos, o problema jamais seria resolvido. A crítica ao socorro, segundo Loyola, é inconsistente porque parte do pressuposto de que haveria alternativa ao impasse. Mas essa alternativa não existe, porque é inviável o pagamento do estoque da dívida, nas condições originais (antes da rolagem).

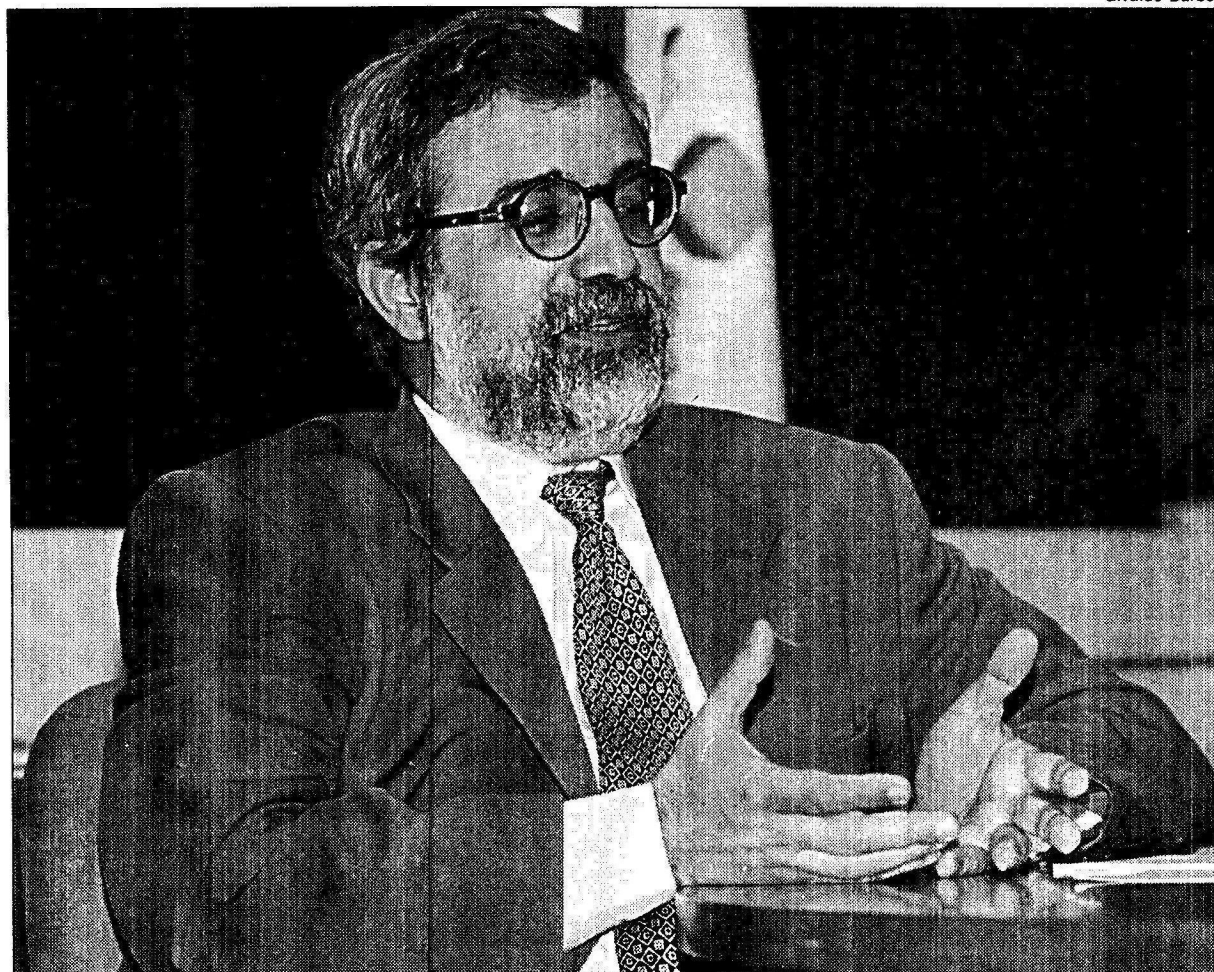
— A alternativa era nada. Ninguém estava pagando. Nossa estratégia é solucionar o problema do estoque para retomar o fluxo (volta ao pagamento das parcelas) — disse Loyola.

Socorro dado pelo Tesouro pode ser benéfico para a União

Portugal cita um exemplo de como o socorro concedido pelo Tesouro pode ser benéfico para a própria União. Em 1993, R\$ 20 bilhões em dívidas de estados e municípios foram roladas por 20 anos. Em contrapartida, os beneficiados se comprometeram a destinar 11% de sua receita ao pagamento da rolagem. Todos os contemplados estão em dia com o Tesouro, que já resgatou mais de R\$ 3 bilhões em dois anos.

— Antes da rolagem, o Tesouro não estava recebendo nada — disse o secretário.

Ele chama a atenção para a confusão que vem sendo feita: o Tesouro não está emprestando dinheiro vivo aos beneficiados, a troca dos débitos é feita mediante a emissão de títulos. Além disso, o Tesouro não vai perder o valor dos papéis emitidos, porque eles estão garantidos: no caso dos bancos, em ativos; no dos agricultores, em grãos; no dos estados em receitas tributárias e imóveis.



GUSTAVO LOYOLA: "A crítica ao socorro é inconsistente porque parte do pressuposto de que há alternativa ao impasse"

O custo efetivo da rolagem está na diferença entre o custo de captação do dinheiro no mercado e o que será pago pelo tomador. A dívida de R\$ 7,2 bilhões dos agricultores, por exemplo, deve custar TR mais 11% ao ano, contra o custo para o tomador de preço mínimo mais 3% ao ano. Se o preço mínimo variar de acordo com a TR — a diferença é desprezível — o custo será de 8% sobre o total rolado. Se o total fosse emitido este ano, isso seria igual a R\$ 576 milhões. Mas a emissão será feita em quatro anos, e nesse período as taxas certamente mudarão.

— O Tesouro não está tirando dinheiro do caixa para essas operações. Elas serão feitas em títulos e não representam déficit global. Para cada dívida emitida, já existia uma dívida anterior. É uma troca — disse Portugal.

Mas ele reconhece que uma dívida feita hoje é sinônimo de déficit no futuro. Porque um dia o papel terá que ser resgatado, pelo Tesouro ou pelo BC. Os títulos da securitização da dívida agrícola, por exemplo, têm prazo de resgate entre sete e dez anos. Os que financiarão a dívida de São Paulo com o Banespa são de 30 anos.

O custo mais difícil de calcular é o do Proer, o plano de reestruturação dos bancos privados, financiado com recursos do compulsório, que já beneficiou o Nacional, Econômico e a Caixa Econômica Federal. Como esses recursos pertencem ao depositante e só estão emprestados ao BC, um dia ele terá que voltar na forma de depósitos, exigindo a inflacionária emissão de moeda. Até lá, para não arcar com prejuízos, o BC teria que obter o retorno de todo o dinheiro emprestado, que já soma R\$ 10,5 bilhões, com a venda dos ativos dos bancos so-

corridos. Como eles estavam em situação de desequilíbrio patrimonial, dificilmente essa conta será compatível. Já o custo do dinheiro tomado do público e emprestado aos bancos está por volta de 5% ao ano, ou R\$ 526 milhões, pelas taxas atuais.

Outra conta difícil de fechar é a da capitalização do BB, que poderá consumir mais R\$ 5 bilhões, além dos R\$ 2 bilhões já repassados por conta de dívidas antigas do Tesouro com o banco. A capitalização é uma compra de ações, pelo valor médio de R\$ 13,14 o lote de mil, que no mercado está 30% mais barato. O Tesouro só recuperaria o investimento se o BB se recuperasse e vendesse ações no mercado, pelo preço pago pela União.

A dívida do Governo de São Paulo que será assumida pelo Tesouro deve chegar a R\$ 10,5 bilhões. Além dos R\$ 7,5 bilhões aprovados pelo Senado, há ainda R\$ 3 bilhões de fora do acordo que serão negociados, segundo Loyola. Além disso, outros R\$ 7,5 bilhões serão pagos — quando é como não se sabe — pela transferência de ativos estaduais para o Tesouro. Resta saber se a venda desses ativos, quando viabilizada, cobrirá a despesa financiada.

Os outros projetos de rolagem contemplam governos estaduais que têm dívidas com seus bancos, como Rio, Alagoas e Mato Grosso, a capitalização do Banco da Amazônia, o pagamento da conta-álcool à Petrobras, a securitização da dívida vencida de R\$ 7 bilhões do FCVS (fundo criado para compensar a diferença entre o custo do financiamento do SFH e o montante pago pelos mutuários, que soma R\$ 52 bilhões), até o prejuízo de R\$ 6 bilhões acumulado pelo BC em 94 e 95, que ele quer receber do Tesouro. ■

Givaldo Barbosa